

O Museu das Remoções e a resistência da comunidade da Vila Autódromo no Rio de Janeiro

The Museu das Remoções and the resistance of the Vila Autódromo community in Rio de Janeiro


Gabriel da Silva Vidal Cid *

gabrielsvcid@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-0479-041X>

Valéria Moura Toledo **

Valeriamtoledo@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0007-0097-5560>

RESUMO: O artigo analisa a criação do Museu das Remoções como uma das estratégias de resistência da comunidade da Vila Autódromo às tentativas de remoção, no contexto dos megaeventos na cidade do Rio de Janeiro. Por meio de análise qualitativa, lemos a realização do Museu das Remoções como um processo de disputa pela memória coletiva e do direito à cidade. Nosso estudo nos sugere que a cultura e a memória vêm sendo lida como uma esfera de realização de direitos por parte de movimentos sociais urbanos mais recentes.

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro, megaeventos, Vila Autódromo, Museu das Remoções, memória coletiva.

ABSTRACT: The article analyzes the creation of the Museu das Remoções as one of the resistance strategies of the community of Vila Autódromo to the attempts of eviction, in the context of mega-events in the city of Rio de Janeiro. Through qualitative analysis, we read the realization of the Museu das Remoções as a process of dispute for collective memory and the right to the city. Our study suggests that culture and memory have been read as a sphere for realizing rights by more recent urban social movements.

KEYWORDS: Rio de Janeiro, mega-events, Vila Autódromo, Museu das Remoções, collective memory.

Introdução

No artigo, analisamos a criação de um museu comunitário, o Museu das Remoções, no contexto de luta da comunidade da Vila Autódromo contra tentativas seguidas de sua

* Doutor em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), bolsista de pós-doutorado da FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UERJ.

** Mestre em Ciências Sociais pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Bolsista Treinamento e Capacitação Técnica – FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

remoção, intensificadas durante o processo de preparação da cidade do Rio de Janeiro para a realização do que ficou conhecido como megaeventos. Partimos da compreensão mais geral acerca da ampliação dos usos da memória nas últimas décadas, visíveis em produtos artísticos, programas de TV, filmes (HUYSSSEN, 2000) e na arena política, associada aos usos da subjetividade (SARLO, 2009) e da cultura como ativos (YUDICE, 2004) na esfera pública. Soma-se a este cenário, a ampliação do interesse na memória coletiva no âmbito acadêmico (GADEA; SOUZA, 2017), a ampliação das políticas para o patrimônio cultural e os museus, incluindo segmentos da sociedade até então sub-representados (AUTORES), e a aproximação do tema da memória no âmbito da Educação (AUTORES). Entendemos que as ações no âmbito da memória coletiva vêm sendo ampliadas, especialmente devido às demandas por parte de movimentos sociais em busca de reconhecimento de desigualdades históricas e a ampliação do escopo dos direitos contidos na chave da cidadania.

Damos continuidade às reflexões onde buscamos compreender as formas e conteúdos presentes na elaboração do Museu das Remoções (AUTORES). Entendemos que a experiência de elaboração deste equipamento de memória serviu como ferramenta para o empoderamento da comunidade da Vila Autódromo, sendo um caso de relativo sucesso, fruto da cooperação entre lideranças locais, movimentos sociais, especialistas na área de museologia, estudantes e professores universitários. O lema “memória não se remove”, tomado para si pelo Museu, destaca a memória como um ativo no contexto de violentas transformações urbanas e violações de direitos.

Baseamos nossa interpretação em análise qualitativa, com base em idas a campo, realizadas entre maio de 2018 e fevereiro de 2020. Nesse contexto, foram feitas observações das visitas guiadas pelos moradores com os visitantes/turistas em torno do Percurso Expositivo do Museu das Remoções e seus 21 pontos de memória, além de entrevistas com os moradores locais. Também utilizamos documentos, matérias de imprensa e literatura acerca do Museu e da comunidade (Vila Autódromo). Nos últimos anos (2020-2022), por conta das medidas de distanciamento implementadas a fim de conter a propagação do vírus da Covid-19, acompanhamos mais intensamente as atividades do Museu das Remoções através de seu site e perfis nas redes sociais, como Facebook, Instagram e Youtube.

Entendemos que a elaboração deste Museu sugere a agência de sujeitos coletivos que visam organizar seu espaço físico a partir de projetos políticos próprios. Tomamos como proposição mais geral que estas ações consolidam novas gramáticas para a atuação de

movimentos sociais em diálogo com noções como o direito à memória ou direito à cultura, como discutidos por Marilena Chauí (2008). Recentemente, na segunda metade do século XX, foi possível observar a emergência de identidades coletivas de novo tipo, como lido por Eisenstadt (2001). Essas identidades influenciaram a constituição de novos movimentos sociais, articulados à definição de identidades mais restritas, distinguindo-se de anteriores, baseadas em perspectivas mais universalistas¹. Entendemos que este processo articula os movimentos sociais a novos padrões de conflitos de participação na arena política. Em um movimento mais recente, vemos a memória assumindo um papel de maior destaque nessa nova gramática².

Ainda no início do século XX, Maurice Halbwachs (1990) já chamava a atenção de que ruas, praças, casas e monumentos constroem imaginários, quadros mentais, que são mais difíceis de serem substituídos. Sua materialidade, permanência mais longa e a recorrência com que passamos por eles elaboram quadros mentais mais estáveis. No entanto, essa imagem, construída socialmente, assim como a morfologia da cidade, não são imutáveis, elas estão em constante disputa e mudança. Nosso objeto de análise reforça tal fato, ilustrando a situação de risco para uma comunidade e a elaboração de um equipamento de memória que disputa a memória no espaço urbano.

Reconhecendo a necessidade de um caráter interdisciplinar para nossa análise, aproximamos os estudos sobre memória coletiva dos que compreendem o território como uma esfera de realização da sociedade (SOUZA, 2020). O território é espaço vivido, disputado na constituição da memória coletiva, como um arrolamento de mão dupla entre a constituição de imaginários sobre a cidade e a produção de significantes a partir da sua morfologia. Nosso objeto sugere que a atuação de atores coletivos vem pautando o reconhecimento da necessidade de intervenções no âmbito da memória, que pode ser interpretado na chave do direito à cidade (LEFEBVRE, 2001) e que se estabelece na possibilidade de tomada de decisão sobre suas localidades. Ou seja, uma premissa de nossa interpretação é a de que houve maior aproximação por parte de atores coletivos das temáticas da cultura, sendo a memória um espaço de ação e conteúdo a ser disputado na cidade. Esses atores coletivos exercem ações na cidade na tentativa de construção de marcadores de memória³. Compreendemos esses marcadores de memória a

¹ Ver a problematização de Butler (2019) sobre movimentos coletivos recentes. Sobre movimentos sociais, no Brasil, ver, Cardoso (2008), Scherer-Warren e Krischke (1986), Gohn (2012) e Bringel (2011).

² Ver, como exemplo, Gomes e Lânes (2022), quando analisam ações de "contra memória" em suportes sobre a vereadora carioca Marielle Franco e a intervenção com fogo na estátua do bandeirante Borba Gato, em São Paulo.

³ Sandra Carneiro (2022) vem analisando como grupos organizados no Rio de Janeiro vêm utilizando a cultura como justificativas e ferramentas na organização de ações coletivas.

partir da ampliação da noção consagrada de “lugares de memória”, de Pierre Nora (1993). Entendemos que o Museu das Remoções se relaciona com as tentativas mais recentes de organização de suportes de memória do tipo “não heróicos”, como lido por Assman (2011) nas propostas que lidam com lugares para além do cânone das políticas tradicionais. As políticas tradicionais são as relacionadas aos heróis e as histórias dos vencedores. Em sentido contrário, o Museu das Remoções reinventa a história da cidade, ao construir uma narrativa da perspectiva de quem sofreu a violência⁴.

Nossa interpretação se aproxima da noção de “imaginários urbanos”, como proposto por Armando Silva (2001). A noção de imaginários urbanos nos leva a compreender a experiência do cidadão, como quem passa cotidianamente pela cidade, estabelecendo uma relação de ver a cidade. Esse imaginário não é estático. Assim como a cidade é um espaço de disputas, os imaginários também estão em constante atualização no presente, impactando na forma como narramos nosso passado e instituições, quando lemos suportes e projetamos o futuro com lembranças e esquecimentos⁵. Projetos para a cidade e a memória coletiva organizam sentidos e definem espaços para a construção de ambientes que materializam capacidades de diferentes grupos e tempos⁶. Essa materialização no ambiente construído impacta em nossas leituras da cidade e da memória, determinando o imaginário urbano.

A cidade contra a comunidade da Vila autódromo

O Museu das Remoções é uma ação coletiva empreendida por atores que visavam o fortalecimento da luta contra as remoções pelas quais a comunidade da Vila Autódromo vinha sendo ameaçada. Essas tentativas foram aguçadas durante a implementação das políticas públicas de preparação da cidade do Rio de Janeiro para os Jogos Pan Americanos de 2007, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas Rio de 2016. Estes ficaram conhecidos como megaeventos e constituíram uma agenda mais alargada que incluía os Jogos Mundiais Militares, em 2011, e a Jornada Mundial da Juventude, em 2013, no entanto poderíamos recuar à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco-92, e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada em

⁴ Estudos vêm tentando compreender essas ações em diferentes chaves de análise, Hirsch (2008) aciona o conceito de “pós-memória”, Seligmann-Silva (2016) o de “antimonumento”, Sodaro (2018) identifica tentativas de engajamento e empatia com as denúncias de violência e injustiças. Sobre a América Latina, autores vem aproximando este debate para pensar a violência de governos ditatoriais e na escravidão, ver, Araújo, Fico e Grin (2012); Santos (2004 e 2013) e Cáceres e Vassallo (2019 e 2022).

⁵ Diferentes teóricos afirmam que a memória se dá em função de conteúdos que nos chegam entre lembranças e esquecimentos. Ver, Pollak (1989), Santos (2003), Candau (2011) e Ricoeur (2007)

⁶ Pensando na acumulação de “tempos”, materializados na cidade, seguimos a leitura de Milton Santos (2020).

2012. Estes eventos foram considerados, à época, uma possibilidade de saída da letargia econômica da cidade e do estado do Rio de Janeiro. Nesta circunstância, a categoria de “requalificação urbana” passou a ser vista como de salvamento para uma cidade em crise. A ideia de “agenciamento da cidade” (HARVEY, 2005), comum naquele momento, explicita a perspectiva de administração de uma cidade sem “política”, sem disputas ou lutas internas. Tornando-se hegemônica na mídia e até mesmo entre especialistas, a noção de “empreendedorismo urbano” era afirmada como remédio para cidades em crise (ARANTES, MARICATO e VAINER, 2000). Houve a consolidação da concepção de cidade que naturaliza a alegada necessidade de um planejamento competitivo para as cidades e a defesa da relação entre o capital e o Estado operacionalizada em parcerias público-privadas (MEDEIROS, 2019).

A eleição de César Maia para a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, nos anos de 1990, é considerada um momento significativo na constituição da hegemonia do discurso neoliberal para a administração da cidade. Os Jogos Olímpicos de 1992, organizados na cidade de Barcelona, na Espanha, foram acionados como um caso de grande sucesso a ser replicado no Rio de Janeiro. Em 1993, a mesma empresa que preparou o projeto, entendido como de sucesso na cidade de Barcelona, foi contratada pela primeira vez. Elaborou-se um Plano Estratégico que desconsiderava o Plano Diretor, aprovado e sancionado no ano anterior⁷. Autores liam naquele momento a instituição de uma verdadeira “cidade de exceção” (VAINER, 2011). Leitura que evocava a noção de “estado de exceção”, proposta pelo filósofo italiano Giorgio Agambem (2004), no sentido de destacar o desrespeito à lei, ainda que houvesse a “legalidade” das intervenções e suposto engajamento popular.

Embora invisibilizados pelas justificativas do “legado” que os megaeventos trariam para a cidade, havia nítidos conflitos, ainda que pouco divulgados. Em entrevista à BBC Brasil, em 2015, o empresário Carlos Carvalho, único acionista da empreiteira Carvalho Hosken, ilustra a perspectiva da classe empresarial e seus interesses no território da Comunidade da Vila Autódromo:

Aqueles que tiverem a chance de poder morar nessa região serão privilegiados. Se não puderem morar ali, vão para o Bandeirantes, senão vão mais para frente, pegando o BRT. A cidade está aberta para eles. {...} Como é que você vai botar o pobre ali? Ele tem que morar perto porque presta serviço e ganha dinheiro com quem pode, mas você só deve botar ali quem pode, senão você estraga tudo, joga o dinheiro fora. {...} O Parque Olímpico é o local onde depois as crianças vão brincar e se divertir. Na área remanescente, que o

⁷ Os Planos Diretores são produzidos segundo regras definidas em lei (Estatuto das Cidades, Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001), em tese, considerando a participação social e de diferentes poderes.

município nos vendeu por cerca de R\$ 1 bilhão, vamos construir empreendimentos imobiliários a partir de 2018. Alguns dos prédios vão ser construídos aqui nesta área {apontando para a faixa de terra em frente à Vila Autódromo}. {...} Ali tem muita área que não pode ser habitada, e tudo depende de como você organiza. Você só não consegue organizar com favela, até porque você não pode pensar em tirar um favelado de onde ele vive, do habitat dele, para que ele venha a pagar aluguel e condomínio. Se ele não for preparado e se não houver um apoio correto para ensiná-lo sobre o seu novo habitat, o plano realmente não vai poder dar certo. Você não pode ficar morando num apartamento e convivendo com índio do lado, por exemplo. Nós não temos nada contra o índio, mas tem certas coisas que não dá. Você está fedendo. O que eu vou fazer? Vou ficar perto de você? Eu não, vou procurar outro lugar para ficar.⁸

Apesar do engajamento social e midiático nas campanhas para sediar os megaeventos, houve significativa impopularidade junto a diferentes setores da cidade, expressa através de críticas dos movimentos sociais e de especialistas acerca do conteúdo e das ações decorrentes dos planos estratégicos produzidos de forma nebulosa⁹. Estas críticas geraram crescente participação desses atores em torno de algumas comunidades. No caso da Vila Autódromo, particularmente, em junho de 2015, uma tentativa extremamente violenta de remoção por parte da Prefeitura gerou grande indignação, repercutindo em notícias de jornais e TV. Estas destacavam as insatisfações e manifestações contra os rumos dos investimentos e políticas, embora com menor divulgação do que as promessas de melhorias para a cidade¹⁰.

A remoção da comunidade da Vila Autódromo e/ou de tantas outras do Rio de Janeiro foram justificadas pela necessidade de realização de obras de infraestrutura e um dos argumentos mais utilizados foi a elaboração de um "legado olímpico", o que propiciou a ressignificação do termo "remoção" nesse momento (MAGALHÃES, 2019). Com isso, queremos ressaltar que, se em meados da década de 1980 as remoções foram lidas como política autoritária, nas últimas décadas foram ressignificadas como sendo do interesse da população. Ao elaborar a narrativa das "remoções" como algo bem-vindo à dinâmica urbana, elas passam

⁸ Como vai botar o pobre ali?, diz "dono da Barra da Tijuca". Disponível em <https://www.terra.com.br/esportes/como-e-que-voce-vai-botar-o-pobre-ali-diz-bilionario-dono-da-barra-da-tijuca,3014fdabf76b2d15eed06f10010b995housRCRD.html>, Acesso em 20 de setembro de 2022.

⁹ A literatura sobre o tema é vasta, ver, Oliveira (2012), Domingues (2013), Jeannings (2014), Santos Junior, Gaffney e Ribeiro (2015), Melo (2017) e Autores.

¹⁰ Prefeitura Demoliu Casa de 'Mulher Cidadã' no Dia Internacional da Mulher. Disponível em, <https://rioonwatch.org.br/?p=18671>, acesso em 27 de março de 2022. Ver, Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro (2014), Disponível em <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>, acesso em 15 de setembro de 2022; e Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, <https://comitepopulario.wordpress.com/>, acesso em 15 de setembro de 2022.

a ser compreendidas como um “legado”¹¹. Neste contexto, a comunidade da Vila Autódromo, localizada na Zona Oeste da cidade, foi duramente atingida. O principal argumento se dava em função da necessidade de realização das obras na região para receber os equipamentos que constituíram o Parque Olímpico¹². Essas ações mais locais se somaram ao amplo investimento no principal bairro contíguo à região em obras de mobilidade urbana de construção do BRT e do metrô, além de segurança e construção de equipamentos provisórios e permanentes que abrigariam jogos, atletas e profissionais.

Inicialmente, uma comunidade de pescadores, foi nas décadas de 1960 e 1970 que os primeiros moradores da Vila Autódromo lá se estabeleceram. Nas décadas seguintes, com a criação da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, conseguiram, via organização política, regularizar a ocupação por um Termo de Concessão de Uso, outorgado, em 1994, pelo então governador Leonel Brizola, renovado por mais 99 anos por Marcelo Alencar, em 1996. Em 2005, a Vila Autódromo foi considerada uma Área de Especial Interesse Social (AEIS)¹³.

A região onde se situa a comunidade da Vila Autódromo é considerada como de expansão do mercado imobiliário e de crescente valorização do território. Ela fica próxima à Barra da Tijuca, bairro marcado por enclaves autossegregados¹⁴ e por intensa produção imobiliária visando o mercado de unidades para a população de rendas médias e altas, especialmente a partir dos anos de 1980. A região segue o vetor de expansão da cidade destinada às parcelas mais ricas, ao longo do século XX, com investimentos urbanos que datam de fins da década de 1970 (ABREU, 1997). Houve investimentos em obras viárias e a execução de um plano urbanístico que a diferenciou do restante da cidade. A região foi a mais valorizada na preparação para os megaeventos, com equipamentos permanentes e provisórios, além de

¹¹ A narrativa oficial considerava a possibilidade de oferecer “melhores condições de vida aos moradores que habitavam áreas consideradas de risco, de proteção ambiental ou que não podiam ser urbanizadas” (MAGALHÃES, 2013: p. 93). As remoções na cidade do Rio de Janeiro podem ser analisadas em período mais longo, como nos casos do Morro do Castelo e nas reformas Pereira Passos. Ver, Valladares (1980), Benchimol (1992), Nonato e Santos (2000), Tourinho (2008). Autores.

¹² Outras comunidades na região também foram atingidas: Vila Harmonia, Vila Recreio e Arroio Pavuna. Ver, Vainer, et al (2013) e Medeiros (2019).

¹³ As AEIS são compreendidas como regiões nas quais se aplicam regras de uso e ocupação do solo específicas, voltadas para a democratização do acesso à terra, visando a população de baixa renda, com base na ideia de direito à moradia digna, com prioridade para ações de urbanização, regularização urbanística e fundiária, além da produção de moradias populares (CARDOSO et al, 2019)

¹⁴ Caldeira (2000) identifica padrões nos grandes espaços cercados por muros em São Paulo. Ver, Ribeiro (1997) e Autores, sobre os impactos desses padrões na Barra da Tijuca.

investimentos em mobilidade urbana, como metrô e pistas exclusivas para circulação de ônibus articulados (GUIMARÃES, 2015).

Ainda nas décadas de 1990 e 2000, sucessivas tentativas de desapropriação ocorreram, não obstante a situação de regularização da ocupação. Foi em meio à disputa judicial com a Prefeitura, que teve início em 2014, agravada em 2015 e 2016, que se deu o processo de esvaziamento da comunidade, quando a Vila Autódromo foi atingida de forma ainda mais aguda. A comunidade foi gravemente esvaziada de seus moradores, após sucessivas demolições de suas casas, violências, ameaças e desrespeito à situação de direito ao uso do território. De aproximadamente 600 famílias, apenas 20 delas permaneceram em parte do território. Após a longa batalha judicial e de resistência, cada uma dessas 20 famílias recebeu uma casa padronizada, como indenização. Além das casas, o acordo celebrado com a Prefeitura continha a urbanização do que sobrou da comunidade, com um espaço sociocultural, uma praça infantil e uma quadra poliesportiva. A construção desses equipamentos deveriam ocorrer em 2016, contudo, apenas em 2022 foram realizadas. Outra reivindicação dos moradores é a troca do nome da estação do BRT¹⁵ 'Parque Olímpico' para 'Vila Autódromo'. Esta demanda gerou um projeto de lei ainda sem resultados¹⁶.

O Museu das Remoções como estratégia de resistência

Uma das estratégias de resistência da comunidade da Vila Autódromo se deu na criação do Museu das Remoções. Entendemos que a criação desse museu gerou efeitos no fortalecimento da pauta de valorização de ocupação do território, organização do movimento de resistência e usos da memória coletiva como um ativo político.

A resistência da comunidade Vila Autódromo contra a remoção de seu território envolveu o protagonismo de um grupo de moradores, somado ao engajamento de pessoas que na época já contestavam a forma como vinha ocorrendo a implementação das políticas de preparação da cidade para os megaeventos. No contexto, os movimentos conhecidos como *Jornadas de junho de 2013* e o *Não vai ter Copa*, de 2014, amplificaram insatisfações políticas que já vinham ganhando espaço na esfera pública. Dentre alguns, o movimento mais conhecido foi o *Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas*¹⁷ que aglutinava militantes e acadêmicos

¹⁵ Bus Rapid Transit. A estação de BRT Parque Olímpico se encontra onde antes era parte da Vila Autódromo.

¹⁶ PROJETO DE LEI Nº 1157/2019. Disponível em <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/b63581b044c6fb760325775900523a41/9d8bb379c572d182832583a6005c1522?OpenDocument&Start=1&Count=80&CollapseView>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

¹⁷ Disponível em: <https://comitepopulario.wordpress.com/apresentacao/>, acesso em 29 de março de 2023

interessados no tema. Do diálogo entre a comunidade, militantes, pesquisadores, professores e alunos de diferentes universidades do Rio de Janeiro, um dos resultados foi a elaboração do *Plano Popular da Vila Autódromo*. O Plano demonstrou que a permanência da Vila Autódromo não impediria a realização das obras projetadas para a construção do Parque Olímpico, contrariando as justificativas da Prefeitura do Rio de Janeiro. Esse Plano foi premiado internacionalmente, em 2013, e trouxe mais visibilidade para a luta da comunidade, sendo reconhecido por trazer soluções criativas, desenvolvidas por moradores em parceria com os pesquisadores¹⁸.

O Museu das Remoções foi fundado em maio de 2016 e surgiu a partir da sugestão do ativista e museólogo Thainã de Medeiros, apoiador¹⁹ que participou ativamente na luta da comunidade. Foi ele o responsável por trazer a “Museologia Social como base ideológica do que estava sendo colocado em prática no dia a dia de resistência para a permanência da Vila Autódromo” (PLANO MUSEOLÓGICO DO MUSEU DAS REMOÇÕES, 2017). Segundo Sandra Teixeira (2019), moradora da Vila Autódromo, foi Thainã quem apresentou a possibilidade de trabalhar com uma visão de museologia diferente daquela que os moradores tinham como típica de um museu.

A Museologia Social ou Sociomuseologia surge na década de 1970 e tem como marco a Mesa Redonda de Santiago, no Chile. Tal evento foi promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e teve como objetivo principal debater a relação entre museus e desenvolvimento social. Nessa chave, a partir da elaboração da Carta de Santiago do Chile, uma das propostas foi pensar formas para que os museus passassem a integrar o contexto social em que estão inseridos e se conscientizassem dos problemas sociais que os cercam, tratando-os com centralidade. Como salienta Gouveia e Pereira (2016), a Museologia Social, em seus processos, parte das narrativas de comunidades e grupos tidos como periféricos e abordam temas vivenciados em seus cotidianos, como forma de trazer à tona suas lutas, conquistas e expressões locais que historicamente não aparecem nos museus tradicionais.

¹⁸ O Plano Popular da Vila Autódromo foi premiado no Urban Age Award, elaborado pela Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, com o apoio de pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense. Ver, Plano Popular da Vila Autódromo, Vainer et al (2013) e Medeiros (2019).

¹⁹ "Apoiador" é uma categoria recorrentemente usada na narrativa dos moradores para se referir aos que colaboraram no processo e resistência mais aguda, nos anos de 2015 e 2016.

Trata-se, portanto, de um movimento de crítica e uma tentativa de sanar a falta de representação nesses espaços, uma perspectiva que surge como uma revisão das concepções de museu que passam a ser lidas como tradicionais. Ainda que não seja uma perspectiva hegemônica, desde a década de 1990, a Museologia Social impacta na relação entre os museus e as comunidades de seu entorno. Dentre outras características, entende-se que a Museologia Social tem como intuito dar espaço às narrativas daqueles que quase nunca são representados nos museus (CHAGAS e GOUVEIA, 2014, TOLENTINO, 2016). O Museu das Remoções é criado nessa perspectiva, visando “preservar a memória dos removidos e suas histórias e servir como instrumento de luta para todos aqueles que passam por ameaça de remoção” (PLANO MUSEOLÓGICO DO MUSEU DAS REMOÇÕES, 2017).

Uma das primeiras atividades atreladas ao Museu das Remoções foi realizada por Diana Bogado, arquiteta, urbanista e professora, e seus alunos a partir de uma atividade de extensão do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Anhanguera. Entre abril e maio de 2016, em colaboração com o museólogo Mário Chagas, Diana Bogado realizou com seus alunos a elaboração de esculturas com escombros oriundos da destruição de alguns equipamentos e casas da Comunidade. Cada escultura representava um lugar de violência e ausência causadas no processo de remoção e demolição, ocorrido em 2015 e 2016. Estes lugares foram definidos pelos moradores e marcavam o antes e o depois do processo de destruição. A definição dos locais e pessoas homenageadas foram realizadas em atividades denominadas de "oficinas de memória", realizadas com moradores, ex-moradores e apoiadores da Vila Autódromo, com a produção de mapas afetivos. A partir da definição de alguns lugares e esculturas, foi definido posteriormente que o Museu se constituiria como um "Museu a Céu Aberto".

O “Percurso Expositivo”, demarcado em 2018, com 21 placas, é uma outra atividade agregada ao Museu. Este percurso deu origem à realização de caminhadas guiadas por moradores no território da comunidade, constituindo um “circuito” fortemente marcado pela oralidade dos moradores, tornando o Museu das Remoções também um museu de território. Durante o percurso, é ressaltado eventos importantes da luta, assim como o dia-dia na comunidade é lembrado por seus moradores. Com forte apelo testemunhal, vemos o desejo e a necessidade dos moradores de narrarem as experiências de violações das políticas durante o processo de desapropriação, assim como os efeitos da suspensão de suas vidas cotidianas. Podemos compreender, nesse contexto, o testemunho, na chave dos estudos de Seligman-Silva

(2005), tanto a partir do trauma, como forma de estancar uma ferida ainda aberta, quanto na luta de se fazer justiça, de lembrar empaticamente da memória daqueles que foram e são constantemente ameaçados por políticas de remoção, pautadas na segregação sócio-espaical.

O Plano Museológico do Museu das Remoções o define em 3 objetivos, sendo dois principais: preservar a memória dos moradores removidos, assim como suas histórias; servir como instrumento de luta, por todos que passem pela ameaça de remoção, compreendendo que a memória é o maior instrumento nesta luta de resistência; e promoção de eventos sobre o tema da resistência, e reflexões sobre situações reais de opressão (PLANO MUSEOLÓGICO DO MUSEU DAS REMOÇÕES, 2017). Nessa missão, além de atuarem no espaço urbano da Vila Autódromo, em suas ruínas, o Museu funciona como um repositório de trabalhos acadêmicos, notícias de jornais, materiais iconográficos de diversos tipos, documentos e prêmios, que funcionam como provas que legitimam a permanência dos moradores no território.

O Museu das Remoções vem ampliando sua atuação. Inicialmente, suas ações se voltavam majoritariamente para a Vila Autódromo, no entanto, mais recentemente, o trabalho tem se expandido para outras comunidades e favelas localizadas no Rio de Janeiro e em outros estados. Podemos citar como exemplo o diálogo com a comunidade de Vila Prudente, na zona leste de São Paulo, Canelatiua, no Maranhão, São Rafael, João Pessoa, etc. Isso se torna possível, sobretudo, a partir de ferramentas como as redes sociais, através de plataformas como o Facebook, Instagram, Youtube e o próprio site do museu²⁰. O trabalho na modalidade virtual se tornou uma estratégia frente às medidas de isolamento no período da pandemia do Covid-19, buscando a continuidade das atividades. Nesta circunstância, além da realização de *Lives* com representantes de movimentos sociais, relacionados à luta por moradia, a equipe do museu criou episódios de vídeos curtos, apresentando os 21 pontos de memória ali existentes. Esses vídeos foram postados em suas páginas virtuais.

Destacamos que, desde a sua criação, o Museu faz parte da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (REMUS), iniciativa que reúne diversas ações que atuam na luta pelo direito à Memória. Na REMUS há a participação de museus de favela, ecomuseus, fundações, associações, grupos, pesquisadores, professores e agentes de instituições museais que se juntaram no intuito de fortalecimento e compartilhamento e troca de experiências, desenvolvimento de atividades, cooperação, entre outros²¹.

²⁰ Disponível em: <https://museudasremocoes.com/>, acesso em 29 de março de 2023.

²¹ Disponível em: <http://rededemuseologiasocialdorj.blogspot.com/>, acesso em 29 de março de 2023.

Em 2017, parte do acervo do Museu das Remoções foi incorporado ao do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, com a promessa de fazer parte de uma exposição permanente²². Como vimos, a Museologia Social vem impactando em ações mais recentes que buscam maior democratização ao acesso, fruição da cultura e da memória coletiva, mesmo em instituições tradicionais. Entendemos que a experiência do Museu das Remoções não é isolada. Há exemplos de criação de centros de documentação por parte de movimentos sociais em favelas do Rio de Janeiro. Essas experiências articulam "saberes locais" com os "saberes acadêmicos", e seus organizadores se entendem como produtores de conhecimento e de memória (SOUSA, 2018). Iniciativas semelhantes ao Museu das Remoções podem ser vistas nas favelas do Borel (Condutores de Memória), na Rocinha (Sankofa), na Maré (Museu da Maré), na Providência (Museu aberto) e no Alemão (Centro de Documentação, Pesquisa e Memória do Complexo do Alemão, do Instituto Raízes em Movimento) (SOUSA, 2019)²³. Lemos essas experiências como tentativas de empoderamento das comunidades ao tomar para si a narrativa de suas histórias. Como Souza (2018) percebe, há, nessas experiências, o registro do presente nas chamadas 'frestas', assim como a organização de informações sobre o passado, ao elegerem moradores antigos que podem falar sobre o 'antigamente'. Nessas experiências de construção de equipamentos de memória, as ferramentas digitais de comunicação incrementam a interação entre gerações e aceleram processos de divulgação e transmissão de informações, reduzindo a sensação de distanciamento entre passado e presente.

Considerações finais

O Museu das Remoções, como vimos, não se trata de uma experiência isolada, mas dialoga com outras experiências de organização da memória na esfera pública. Ainda que não sejam hegemônicas, nessas experiências observamos disposições mais sensíveis para o trato das memórias difíceis ou traumáticas. Como um testemunho do processo de preparação da cidade para os megaeventos, o Museu das Remoções se estabelece como um uma cicatriz na cidade, ao mesmo tempo em que materializa uma trajetória de injustiça e violência para com uma comunidade no espaço urbano. O testemunho estabelece uma postura crítica e nos força à reflexão sobre formas, ferramentas e limites de representação da história (SELIGMANN-SILVA, 2005). As ações no âmbito das memórias difíceis fazem falar e ouvir o que

²² Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-05/museu-historico-nacional-recebe-acervo-de-remocao-da-vila-autodromo>. acesso em 19 de março de 2023.

²³ Políticas implementadas pelo Governo Federal, via o Programa Cultura Viva e o Programa Pontos de Memória, incentivaram 12 experiências piloto em comunidades de bairros de periferia com sistematização, identificação, registro, compartilhamento e preservação (ALCÂNTARA, 2020).

normalmente se apaga na memória heróica, expondo e dando agência ao subalterno, sugerindo a necessidade de justiça e fortalecendo a chamada "memória não-heróica" (ASSMAN, 2011). O Museu das Remoções aponta para a emergência de processos de patrimonialização e museologia mais sensíveis, e desnuda a incapacidade das políticas tradicionais darem conta das experiências de opressão e violência. Desse modo, as políticas tradicionais que focam na reprodução das ditas identidades nacionais são questionadas e tensionadas. As experiências com a constituição de lugares de memórias difíceis nos ajudam a compreender a cidade por outros caminhos.

Podemos ler o Museu das Remoções nos aproximando dos estudos urbanos, como uma "memória insurgente", inspirados no trabalho de Holston (2013). Holston propõe o conceito de "cidadania insurgente" para compreender processos de elaboração da cidadania na forma de autoconstrução de moradias na cidade de São Paulo pelas camadas populares:

A insurgência define um processo que é uma ação na contramão, uma contrapolítica, que desestabiliza o presente e o torna frágil, desfamiliarizando a coerência com que geralmente se apresenta. Insurgência não é uma imposição de cima para baixo de um futuro já orquestrado. Ela borbulha do passado em lugares onde as circunstâncias presentes parecem propícias a uma irrupção (HOLSTON, 2013, p. 62)

Concluimos que a realização do Museu das Remoções pode ser lida como uma autoconstrução das memórias da comunidade. Como vimos, o Museu das Remoções irrompe com as narrativas tradicionais e disputa o imaginário no qual a experiência dos megaeventos está para a cidade. Ao organizar a experiência pela qual passou a comunidade da Vila Autódromo em uma "memória {que} não se remove", o museu implica no reconhecimento da cidade em seus aspectos contraditórios, carregada de afeto na relação de seus habitantes com seus territórios. O Museu das Remoções pertence ao empoderamento da comunidade da Vila Autódromo e nos lembra que o direito à cidade deve reconhecer a articulação de diferentes aspectos, da moradia à memória.

Referências Bibliográficas

- ABREU, M. de A. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.
- AGAMBEM, G.. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALCÂNTARA, C. Museus em periferias urbanas brasileiras. *Horizontes Antropológicos*, 53, 2019.
- ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C.. *A cidade do pensamento único : desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARAÚJO, M. P.; FICO, C.; GRIN, M. (orgs). *Violência na história: Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

ASSMAN, A.. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp, 2011.

BENCHIMOL, J. L.. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da Cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BRINGEL, B.. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. *Política e Sociedade*, v. 10, n. 18, 2011. p. 51-73. doi:10.5007/2175-7984.2011v10n18p51. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p51/17532>. Acesso em: 6 de abril de 2023.

BUTLER, J.. *Corpos em aliança e a política das ruas - notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CÁCERES, S. L. R.; VASSALLO, S. P.. Conflitos, verdades e política no Museu da Escravidão e da Liberdade no Rio de Janeiro, *Horizontes Antropológicos*, 53 | 2019, p. 47-80. Doi: 10.1590/S0104-71832019000100003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/qBCVbjXN7wRWPJrwM6TKvTJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 de abril de 2023.

CÁCERES, S. L. R.; VASSALLO, S. P.. Histórias entrelaçadas: a materialização do Holocausto e da escravização de africanos na paisagem memorial do Rio de Janeiro. In. CAVIGNAC, J.; ABREU, R.; VASSALLO, S. (orgs.) *Patrimônios e Museus: inventando futuros*. Natal: Ed UFRN/ABA, 2022, p. 212-241.

CALDEIRA, T. P. do R.. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: ed.34/Edusp, 2000.

CANDAU, J.. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARDOSO, A. L.; LUFT, R.; XIMENES, L.. *Dicionário de Favelas Marielle Franco - Área Especial de Interesse Social*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2019.

CARDOSO, R. *Movimentos sociais urbanos: balanço crítico*. In SORJ, B.; ALMEIDA,

MHT. (orgs). *Sociedade e política no Brasil pós-64* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 313-350.

CARNEIRO, S. de S.. Coletivos suburbanos cariocas: cultura, estigmas e políticas de resistência. In. CARNEIRO, S. de S.; MATTOSO, R. (orgs). *Subúrbios: espaços plurais e múltiplos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Autografia, 2022, p. 97-136.

CHAGAS, M.; GOUVEIA, I. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). *Cadernos do CEOM*, ano 27, n. 41, 2014.

CHAUÍ, M.. Cultura e democracia. In: *Crítica y emancipación : Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*. Año 1, no. 1. Buenos Aires : CLACSO, 2008.

DOMINGUES, J. L. P.. *A diversidade atrofiada: políticas de regulação urbana e movimentos culturais insurgentes na cidade do Rio de Janeiro*. Tese, IPPUR/UFRJ, 2013.

EISENSTADT, S. N.. Modernidades Múltiplas. In. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 35, 2001, p. 139-163. Disponível em: <https://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/5/57.pdf>. Acesso em 6 de abril de 2023.

GADEA, C.; SOUZA, R. F. de. Memória coletiva e social no Brasil Contemporâneo. *Revista Brasileira de Sociologia*, Vol. 05, No. 11, Set/Dez, 2017. p. 199-2018. DOI: 10.20336/rbs.226. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/327>. Acesso em 6 de abril de 2023.

GUIMARÃES, R. C. V.. *Barra da Tijuca e o projeto olímpico: a cidade do capital*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, dissertação, 2015.

GOHN, M. da G.. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOMES, L. A.; LÂNES, P.. Marielle Franco e os suportes de contra memória : centelhas a partir do fogo em Borba Gato. *33ª Reunião Brasileira de Antropologia*, setembro de 2022.

GOUVEIA, Inês, Pereira Marcelle. A emergência da Museologia Social. *Políticas Culturais em Revista*, 9(2), 2016, p. 726-745. DOI: 10.9771/pcr.v9i2.16794. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/16794>. Acesso em 6 de abril de 2023.

HALBWACHZ, M.. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, D.. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HIRSHE, M.. The Generation ok Postmemory. In. *Poetics Today*. 29 (1), 2008.

HOLSTON, J.. *Cidadania insurgente ; disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HUYSSSEN, A.. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JEANNINGS, A. (org.). *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?*. São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2014.

LEFEBVRE, He.. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGALHÃES, A.. O "legado" dos megaeventos esportivos: a revitalização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*. 19, 2013. p. 89-118. DOI: 10.1590/S0104-71832013000200004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/dbHpNm3nX63ZPkvxw4Nnffw/?lang=pt>. Acesso em 6 de abril de 2023.

MAGALHÃES, A.. *Remoções de favelas no Rio de Janeiro: entre formas de controle e resistências*/ Curitiba: Appris, 2019.

MEDEIROS, M. G. P.. *Parque Olímpico contra a Vila Autódromo : o papel das parcerias público-privadas no empreendedorismo urbano*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

MELO, E. S. O.. *Exerting State Power in Core and Semi-peripheral Countries: land clearance and domination strategies in London, Rio de Janeiro and Johannesburg*. Tese, Department of Planning, School of the Built Environment, Oxford Brookes University, 2017.

NONATO, J. A.; SANTOS, N. M.. *Era uma vez o Morro do Castelo*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

NORA, P.. Entre Memória e História : a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, dezembro, São Paulo, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em 6 de abril de 2023.

OLIVEIRA, N. G. de O.. *O poder dos jogos e os jogos de poder* : os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo. Tese, IPPUR/UFRJ, 2012.

Plano Popular da Vila Autódromo. Disponível em:

<https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaautodromo.pdf>. Acessado em: 6 de abril de 2023

Plano Museológico Museu das Remoções. 2017 Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B7odreuROtHXR2JCV3ZVeHBvbmc/view>. Acesso em: 6 de abril de 2023.

POLLAK, M.. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. P. 3-15. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em 6 de abril de 2023.

RIBEIRO, L. C. Q.. *Dos cortiços aos condomínios fechados*: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, IPPUR, UFRJ, FASE, 1997.

RICOUER, P.. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

SANTOS JUNIOR, O. A. dos; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. de Q. (org.). *Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

SANTOS, M.. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EdUSP, 2020.

SANTOS. M. S. dos. *Memória coletiva & teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS. M. S. dos. Entre troncos e Atabaques: Raça e Memória Nacional. *Colóquio Internacional Projeto Unesco 50 anos depois*. Salvador, 2004.

SANTOS. M. S. dos. Memória coletiva, trauma e cultura; um debate. *Revista USP*, São Paulo n. 98, 2013, p. 51-68. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i98p51-68. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/69270>. Acesso em 6 de abril de 2023.

SARLO, B.. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo/ Belo Horizonte: Companhia das Letras/Ed. UFMG, 2009.

SELIGMANN-SILVA, M.. Testemunho e a política de memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto História*. São Paulo, 30, jun. 2005, p. 71-98. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2255>. Acesso em 6 de abril de 2023.

SELIGMANN-SILVA, M.. Antimonumentos: trabalho de memória e de resistência. *Psicologia USP*, v. 27, 2016, p. 49-60. DOI: 10.1590/0103-6564D20150011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/114752>. Acesso em: 6 de abril de 2023.

SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. (Org.). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- SILVA, A.. *Imaginários Urbanos*. São Paulo: Perspectiva, Bogotá Col : Convênio Andres Bello, 2001.
- SODARO, A.. *Exhibiting Atrocity: memorial museums and the politics of past violence*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2018.
- SOUZA, M. L. de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- SOUZA, P. L. A. de. Narrativas compartilhadas: o Facebook e a produção de militâncias, memória e esquecimento nos movimentos sociais populares. *31ª Reunião da ABA*, 2018.
- SOUZA, P. L. A. de. O lugar da memória: apontamentos sobre a criação de um centro de documentação e memória em uma favela carioca. *XV ENECULT*, 2019.
- TEIXEIRA, S. M. de S.. Vila Autódromo: lutando por direitos, entre emoções e remoções, nasce um museu. *Lugar Comum*, n. 56, p. 151-174, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/41604/22558>. Acesso em 6 de abril de 2023.
- TOLENTINO, A. B.. Museologia social: apontamentos históricos e conceituais. *Cadernos de Sociomuseologia*, 8, 2016, p. 21-44. DOI: 10.36572/csm.2016.vol.52.02. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5499>. Acesso em 6 de abril de 2023.
- TOURINHO, A. de O.. *Atribuições de valor aos monumentos do Morro do Castelo 1920-1922*. Dissertação, Rio de Janeiro, IFCS/PPGHIS/UFRJ, 2008.
- VAINER, C.. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. *XIV Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Rio de Janeiro, 2011.
- VAINER, C.; BINESTEIN, R.; LOBINO, C.; TANAKA, G.; OLIVEIRA, F.. O Plano Popular da Vila Autódromo, uma experiência de planejamento conflitual. In. *Anais, Encontro Nacional da ANPUR*, 15, 2013.
- VALLADARES, L. do P.. *Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- YÚDICE, G.. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2004.